

PRESTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PARA ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: O PAPEL DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.

RESUMO

O Terceiro Setor, um dos que mais cresce, na atualidade, compreende inúmeras iniciativas, organizadas ou não como Organizações Não Governamentais (ONGs), que buscam atender aos mais diferentes anseios da sociedade, entre eles, o da sustentabilidade, que embute, também, a questão da coleta, seleção e reciclagem do lixo produzido diariamente. É neste sentido que este estudo buscou desenvolver uma pesquisa no intuito de levantar o nível de organização contábil e conscientizar sobre a necessidade de planejamentos e controles para que seja possível o recebimento de recursos públicos ou privados. Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre Terceiro Setor, coleta seletiva de lixo e informação contábil. Para a pesquisa de campo, foi utilizado um questionário, que foi aplicado junto às associações que coletam lixo para a reciclagem. Obteve-se resposta de todas as associações ativas selecionadas e pôde-se levantar o perfil das entidades no que diz respeito a utilização ou não de ferramentas de planejamento, controle e gestão com base em informações contábeis. Observou-se, que a maioria das associações não utiliza informações contábeis como forma de melhor se organizar e, assim, receber verbas e recursos privados ou públicos.

Palavras-chaves: Terceiro Setor. Reciclagem. Coleta Seletiva. Informação Contábil.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as entidades buscam profissionais contábeis para atuarem na área de gestão, com o objetivo de aprimorar os processos de informação e de decisão da organização. O professor Iudícibus (1997, p. 23) conceitua contabilidade como “[...] o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação.”

As entidades sem fins lucrativos também têm buscado aperfeiçoar os seus procedimentos contábeis e, para tal, têm instigado os seus contabilistas a estudar, planejar e efetivar processos que propiciem mais segurança para a tomada de decisões.

Entre as várias entidades, pode-se citar as Organizações não Governamentais (ONGs), que fazem parte do grupo das entidades sem fins lucrativos, ou seja, do terceiro setor, como são conhecidas. De acordo com o Novo Código Civil, as ONGs são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob a forma de associações, fundações, ou organizações não governamentais.

As entidades sem fins lucrativos vêm descobrindo, por meio de gestões mais informatizadas, formas para melhorar a arrecadação de recursos, tanto no âmbito público quanto no privado. Estas entidades estão se preocupando, cada vez mais, com a transparência das suas informações contábeis e estão em busca de profissionais capacitados para orientá-las sobre as atitudes a serem tomadas e sobre a sua execução. A função da gestão é fazer com que os fatos aconteçam de forma mais produtiva para a organização e que estes sejam registrados de modo a compor o rol de informações contábeis.

Este estudo objetiva investigar se as entidades do terceiro setor, em específico, as associações de coleta seletiva de lixo da cidade de Londrina, utilizam as informações contábeis para a realização da prestação de contas e se estas informações contribuem para a transparência da mesma, considerando-se: os aspectos reguladores contábeis e fiscais dessas entidades; a demonstração da informação contábil como ferramenta de gestão e a identificação da utilização da contabilidade pelas entidades do terceiro setor.

Segundo Imeton (2008, p.15), observa-se que, no Brasil, as organizações do Terceiro Setor foram as entidades que mais cresceram e se transformaram nos últimos anos. Uma prova disso é o volume de negócios e o montante dos investimentos que o Terceiro Setor recebe e que vem aumentando, consideravelmente, a cada dia.

De acordo com dados oficiais do IBGE (2008), no final do ano de 2005, o Brasil possuía 338.000 organizações, das quais, 4,8% estavam localizadas no Norte; 23,7%, no Nordeste; 6,4%, no Centro-Oeste; 22,7%, no Sul, e a grande maioria, 42,4%, no Sudeste do país.

Segundo o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE, 2010) existem, no Brasil, 443 municípios que operam a coleta seletiva de resíduos, o que representa 8% do total de municípios do país, ou seja, 26 milhões de brasileiros são atendidos por este programa. Dentre estes municípios, 43% têm relação direta com cooperativas de catadores de materiais recicláveis. A maior concentração destes municípios está nas regiões Sul e Sudeste do país, num total de 338 municípios integrantes desta rede.

Outro dado significativo é que o município de Londrina conta, hoje, com 35 dessas associações de coleta seletiva, entretanto, por questões técnicas, financeiras e organizacionais, estas não fazem prestação de contas e, desse modo, estão sem receber verbas, o que contribuiria para o pagamento da locação de barracões. Por outro lado, a cidade de Londrina destacou-se, no ano de 2008, como a responsável pelo maior índice de coleta seletiva em toneladas, que foi de 3.540 ton./mês, à frente até da maior cidade do país, que é a cidade de São Paulo. Assim, a coleta e a reciclagem de resíduos sólidos, em Londrina, de um modo geral, são desenvolvidas por entidades do Terceiro Setor.

De acordo com Imeton (2008, p.15), o Terceiro Setor é uma atividade que vem crescendo, mas que carece de pesquisas científicas e que merece e precisa ser explorada, estudada. Poucos são os estudos realizados e publicados, nos últimos anos, que focam a Contabilidade e a Administração de entidades do Terceiro Setor. Dos trabalhos publicados, aproximadamente, 1% apenas versa sobre a informação contábil para o gerenciamento dessas organizações.

O presente artigo está estruturado em quatro tópicos, no primeiro apresenta-se comentários sobre o problema da pesquisa, objetivos e delimitação da pesquisa. No tópico dois, será evidenciado a informação, a contabilidade e o terceiro setor, também apresentará a contabilidade como fonte de informação, definirá aspectos históricos e conceituais do terceiro setor. No tópico três, demonstrará a metodologia da pesquisa. No tópico quatro, será relatado à análise dos resultados e no tópico cinco, apresentará a conclusão do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR

São três os setores que compõem a economia na sociedade atual, os quais são assim denominados: Primeiro Setor, Segundo Setor e Terceiro Setor. O Primeiro Setor é o Estado e este exerce múltiplas funções. De acordo com Araújo (2009), ao Estado cabe instituir a ordem jurídica, resolver os conflitos sociais e administrar os bens públicos para atender os interesses coletivos. O Segundo Setor é composto pelas empresas privadas, que desempenham a atividade empresarial com a finalidade de obter lucro. Atualmente, há, também, o Terceiro Setor, que vem desempenhando importante papel na sociedade devido à atividade que realiza em favor desta. O Terceiro Setor, de acordo com Coelho (apud ARAÚJO, 2009, p.2), representa “todas as organizações privadas, sem fins lucrativos, e que visam à produção de um bem coletivo.”

No espaço de quase quatro séculos, a Igreja Católica, com a intervenção do Estado, foi o principal agente de prestação de serviços sociais, através das Santas Casas de Misericórdia, das Pastorais e de outros movimentos ligados a ela. No governo de Getúlio Vargas, década de 1930, pela primeira vez, recursos públicos são destinados a instituições como hospitais e escolas e a obras sociais, o que se caracterizou como o início de uma parceria entre o Estado e outras entidades.

Nos anos de 1970, com o fortalecimento das organizações de cidadãos, que lutavam contra o Estado autoritário, pela melhoria da vida comunitária, pela democracia e em defesa dos direitos humanos, surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais, embora apresentassem características diferentes, somaram-se às entidades mais tradicionais e acabam por fazer do Terceiro Setor uma realidade complexa e multiforme. Na década de 1990, o termo parceria passou a existir enquanto manifestação de um novo padrão de ligação entre os três setores.

O Estado começou a reconhecer que essas organizações, denominadas de Organização Não-Governamental (ONGs) acumulavam um capital de recursos, experiências e conhecimentos das questões sociais que as qualificavam como interlocutoras e parceiras das políticas governamentais. O Mercado, pelo contrário, distante e indolente em relação às questões de interesse, começa a ser penetrado pelo conceito de responsabilidade social e passa a ver, nas entidades sem fins lucrativos, um conduto para a concretização de investimentos do setor privado empresarial na área social, ambiental e cultural.

2.1.1 Entidades Sem Fins Lucrativos

A denominação sem fins lucrativos é utilizada para as entidades que integram o Terceiro Setor, estas assim chamadas por não terem como objetivo a obtenção de lucro, que deve existir como forma de manutenção das entidades, para que continuem a exercer e desempenhar a atividade em benefício da sociedade, mas não se mostra como um fim, a exemplo do que acontece nas empresas do Segundo Setor. No Terceiro Setor, o lucro, caso seja obtido, de modo algum será distribuído entre aqueles que disponibilizaram recursos para as entidades; será revertido sempre para a continuidade e manutenção dos trabalhos desempenhados por elas.

Olak e Nascimento (2008) estabelecem que, para se compreender o que é uma Entidade Sem Fins Lucrativos, deve-se analisar as suas características. Segundo os autores, essas entidades não têm, no lucro, a razão da sua existência, não tem, portanto, o objetivo de prover retornos aos investimentos realizados, pois buscam somente atender a missão para a qual foram criadas, dentro do orçamento previsto. Em relação à

propriedade, pertencem essas entidades pertencem a toda comunidade e os recursos que lhes são necessários originam-se de doadores que não têm direito à participação na organização. Quanto às decisões, estas são tomadas em Assembléia Geral, por meio de votação.

Conclui-se, ao se observar as características acima traçadas, que o lucro não é a razão da existência de uma sociedade sem fins lucrativos, no entanto, para garantir a continuidade da mesma, ele é essencial. O lucro obtido pela entidade não implica em retorno para os seus fornecedores de verbas. O aumento do patrimônio de uma entidade sem fins lucrativos não implica no aumento do capital particular daqueles que colaboraram, financeiramente, para tais entidades.

O Código Civil de 2002 (BRASIL ; PINTO ; WINDT, 2002), em seu artigo 44, define que as organizações que integram o Terceiro Setor são consideradas pessoas jurídicas de direito privado e podem ser constituídas na forma de associação ou de fundação. Na primeira hipótese, há uma união de pessoas com objetivos comuns, sem a finalidade lucrativa, e, na segunda, trata-se de um ente jurídico formado por um patrimônio, que se destina a um fim (religioso, moral, cultural ou assistencial) determinado pelo instituidor da fundação.

Segundo Swai:

Associação é a pessoa jurídica constituída pela união de idéias e esforços de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Essa é a forma adotada por grande parte das entidades sem fins lucrativos, pois há possibilidade de maior flexibilidade nas suas regras de funcionamento, o que facilita sua administração e adoção de formas democráticas de decisão. Além disso, pode ser criada independentemente da existência de patrimônio próprio e não depende de aprovação do Ministério Público (SWAI et al, 2003, p.25-26).

De acordo com Resende e Freire, fundação pode ser definida como uma:

[...] instituição de caráter social, criada e mantida por iniciativa particular ou do Estado, com finalidades filantrópicas, educacionais, assistenciais, culturais, científicas ou tecnológicas, tendo, como fundamento de sua existência, um patrimônio destinado a um fim (RESENDE e FREIRE, 1997, p.21).

Estas são organizações de iniciativa privada, mas que atuam para atender o interesse público, não possuindo fins lucrativos. As ONGs ganharam destaque mundial após o Rio-92, importante Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, que objetivou a busca de meios para conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Como resultado desse evento, os países participantes assinaram um documento, que ficou conhecido como agenda 21, que apresentou ações concretas a serem implementadas pelo Governo e pela sociedade civil, para a defesa do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

Existe ainda um outro tipo de entidade que faz parte do Terceiro Setor, a Organização Social (OS), também sem fins lucrativos, que foi criada pela Lei Federal nº 9.637/98 para gerir, em parceria com o Estado, atividades de cunho social. Foram criadas, também, pela Lei nº 9.790/99 as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que são entidades sem fins lucrativos que se relacionam com o Estado por meio de parcerias.

2.2 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Observa-se que o homem primitivo já tentava delimitar o seu patrimônio por meio da informação. Assim, pode-se dizer que a busca pela informação é tão antiga quanto o surgimento da humanidade. Na sociedade atual, a busca pela informação tem a sua importância reconhecida, pois o ativo mais importante das entidades é o conhecimento, ou seja, a informação.

A informação passou a ser de suma importância para a sobrevivência e o desenvolvimento das entidades, desse modo, elas precisam se manter constantemente informadas. A precariedade da utilização de informações e a falta de suporte no conhecimento organizacional podem por obstaculizar o desempenho satisfatório e agravar a gestão das organizações. As entidades do Terceiro Setor têm sentido os efeitos dessas variações e têm buscado vencer as dificuldades encontradas. Nessas entidades, as aparências informacionais tornam-se relevantes por causa da fragilidade financeira, operacional e gerencial, e pela falta de confiança que, muitas vezes, esse tipo de organização provoca.

Para Padoveze (2000, p.38), “[...] a informação deve ser tratada como qualquer outro produto que esteja disponível para consumo. Ela deve ser desejada, para ser necessária. Para ser necessária, deve ser útil.”

2.2.1 As Informações Contábeis

A norma NBCT1, que foi aprovada por meio da Resolução Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 785, de 28 de Julho de 1995, estabelece:

1.1.1 - A Contabilidade, na sua condição de ciência social, cujo objeto é o patrimônio, busca, por meio da apreensão, da quantificação, da classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mutações sofridas pelo patrimônio da entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressas tanto em termos físicos, quanto monetários.

1.1.2 - As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar, aos seus usuários, base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

1.1.3 - A informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, listagens, notas explicativas, mapas, pareceres, laudos, diagnósticos, prognósticos, descrições críticas ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos em legislação. (ALMEIDA, 2000)

De acordo com o conceito e com conteúdo definidos pelo CFC, existe um intenso elo entre o processo de informação, a contabilidade e a comunicação nas organizações. A informação contábil não se limita somente ao registro de dados que afetam o patrimônio das entidades, mas compreendem também a transformação desses fatos em informações que auxiliem na gestão e na tomada de decisão.

Uma das principais características da contabilidade é o fornecimento de informações aos diversos tipos de usuários. De acordo com Marion (2006, p.27), “os

usuários são pessoas que se utilizam da contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade suas respostas.”

A norma do CFC determina:

1.2.1 - Os usuários são pessoas físicas ou jurídicas com interesse na entidade, que utilizam as informações contábeis desta para seus próprios fins, de forma permanente ou transitória.

1.2.2 - Os usuários incluem, entre outros, os integrantes do mercado de capitais, investidores, presentes ou potenciais, fornecedores e demais credores, clientes, financiadores de qualquer natureza, autoridades governamentais de diversos níveis, meios de comunicação, entidades que agem em nome de outros, como associações e sindicatos, empregados, controladores, acionistas ou sócios, administradores da própria Entidade, além do público em geral. (ALMEIDA, 2000)

Segundo a norma do CFC, existem dois tipos de usuários: o interno e o externo. Cada usuário dispõe de uma demanda de informação que não é semelhante, que difere de acordo com os seus interesses. Os usuários, de acordo com Marion (2006), podem ser pessoa física ou jurídica, com fins lucrativos ou não.

Conforme a resolução do CFC, para que as informações contábeis possam desempenhar o papel de promover elementos úteis e importantes para as entidades, devem ter os seguintes atributos:

1.3.1 - A informação contábil deve ser, em geral e antes de tudo, veraz e equitativa, de forma a satisfazer as necessidades comuns a um grande número de diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente a nenhum deles, considerado o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes.

1.3.2 - A informação contábil, em especial aquela contida nas demonstrações contábeis, notadamente as previstas em legislação, deve propiciar revelação suficiente sobre a entidade, de modo a facilitar a concretização dos propósitos do usuário, revestindo-se dos seguintes atributos: confiabilidade; tempestividade; compreensibilidade; e comparabilidade. (ALMEIDA, 2000)

A tempestividade diz respeito ao tempo hábil em que a informação contábil deve chegar ao usuário, de modo a atender suas necessidades. A compreensibilidade diz respeito ao modo como a informação deve ser exposta, ou seja, de forma clara e transparente. O último atributo da informação é comparabilidade, que compreende a reunião de dados e fatos que propiciem a apreciação e o julgamento das informações por parte dos usuários.

A informação contábil não se restringe às demonstrações contábeis, mas compreende, igualmente, os relatórios gerenciais diversos, os pareceres e outros modelos de comunicação escrita que proporcionem aos usuários plena utilização.

2.2.2 Finalidades para as quais se usa a Informação Contábil

Para a maioria das pessoas, a contabilidade se associa ao fisco, ao pagamento de tributos. Pode-se afirmar que a contabilidade foi criada pelo homem, a partir do momento em que este sentiu a necessidade de conhecer e controlar o seu patrimônio, ou seja,

quando ele percebeu que precisava mensurar a administrar seus bens de modo a preservá-los.

A informação contábil fornece dados a vários grupos de pessoas, cujo os interesses nem sempre são os mesmos, embora possa-se dizer que também não chegam a ser conflitantes. Em específico, a informação contábil tem três finalidades importantes para a gestão das entidades e para os usuários internos.

Para Iudícibus et al (2010, p.5), essas finalidades são: “Finalidade de Planejamento; Finalidade de Controle e Finalidade de Auxílio no processo decisório.” De acordo com os autores, planejamento “é o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro”. Essencialmente, o processo de planejamento considera vários cursos alternativos para decidir qual o melhor. Pode-se dizer que planejamento não é previsão, e que este pode abranger um único departamento ou toda a empresa. Os autores ainda lembram que a informação contábil é de grande utilidade para o planejamento empresarial e que, em casos de decisões isoladas, grande quantidade de informação contábil pode ser utilizada.

Segundo Iudícibus et al (2010, p.5), o controle pode ser conceituado “como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria alta administração.”

Conforme os autores, este é um conceito bastante amplo de controle e a informação contábil é importante no processo de desenvolvimento deste, das seguintes formas:

Como meio de comunicação - os relatórios contábeis podem ser de grande auxílio, ao informar a organização a respeito dos planos e políticas da administração.

Como meio de motivação - que o pessoal seja contratado e formado dentro da organização e que a mesma seja motivada de forma que venha a fazer o que a administração quer que se faça, a informação contábil pode auxiliar esse processo de motivação.

Como meio de verificação - a administração necessita avaliar a qualidade dos serviços executados pelos empregados. A informação contábil pode auxiliar esse processo de avaliação, embora o desempenho humano não pode ser julgado apenas pelos registros contábeis. (IUDÍCIBUS et al, 2010, p.5)

Iudícibus et al (2010, p. 6) definem processo decisório como “conjunto de ações que faz com que se consiga a obtenção dos objetivos desejados, definidos pelo planejamento”.

Percebe-se que a tomada de decisão acontece de acordo com o que foi planejado, ou como medida de correção, quando, por meio do controle, evidencia-se que o caminho percorrido não foi o previamente definido.

2.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

O lixo compreende uma grande diversidade de resíduos sólidos, de diferentes procedências, dentre eles, o resíduo sólido urbano gerado nas residências. O lixo faz parte da história do homem, já que sua produção é inevitável (FADINI ; FADINI, 2001)

Na Idade Média, os resíduos eram acumulados nas ruas e imediações das cidades e provocavam sérias epidemias que causavam a morte de milhões de pessoas. A partir da Revolução Industrial, iniciou-se o processo de urbanização que desencadeou o êxodo do homem do campo para as cidades. Observou-se, assim, um vertiginoso crescimento populacional, favorecido também pelo avanço da medicina e pelo consequente aumento da expectativa de vida. A partir de então, os impactos ambientais passaram a ter um alto grau de magnitude, devido aos mais diversos tipos de poluição, dentre eles, a poluição gerada pelo lixo. O fato é que o lixo passou a ser encarado como um problema que deveria ser combatido e escondido da população. A solução para o lixo, naquele momento, não foi encarada como algo complexo, pois bastava, simplesmente, afastá-lo, descartando-o em áreas mais distantes dos centros urbanos, denominados lixões (FADINI ; FADINI, 2001).

Na atualidade, o aumento significativo das populações urbanas e o avanço industrial têm provocado mudanças nos hábitos de consumo e, conseqüentemente, gerado um lixo diferente em quantidade e diversidade. Até mesmo nas zonas rurais pode-se encontrar frascos e sacos plásticos acumulando-se, devido a formas inadequadas de eliminação.

Segundo Bidone e Povinelli (1999), em um passado não muito distante, a produção de resíduos era de algumas dezenas de quilos por habitante/ano; no entanto, hoje, países altamente industrializados, como os Estados Unidos, produzem mais de 700 kg/hab/ano. No Brasil, o valor médio verificado nas cidades mais populosas é da ordem de 180 kg/hab/ano.

2.3.1 Classificação dos Resíduos Sólidos

Os impactos decorrentes do lixo no meio ambiente estão relacionados à sua origem e produção, bem como, ao nível de comprometimento da sociedade para com estes (CALDERONI, 2003).

De acordo com a sua natureza e o seu estado físico, pode-se qualificar o lixo em quatro formas: sólido, líquido, gasoso e pastoso; considerando-se a sua ascendência e a sua produção, pode-se classificá-lo como:

- a) Lixo residencial: denominado também de lixo domiciliar ou doméstico, é formado por sobras de alimentos, invólucros, papéis, papelões, plásticos, vidros, trapos, entre outros.
- b) Lixo comercial: originado de estabelecimentos comerciais como lojas, lanchonetes, restaurantes, escritórios, hotéis, bancos. Os objetos mais comuns, nesse tipo, de lixo são papéis, papelões, restos de alimentos, embalagens de madeira, resíduos de lavagens, sabões.
- c) Lixo hospitalar: gerado nos estabelecimentos vinculados ao serviço de saúde.
 - I. Resíduos comuns: restos de alimentos, papéis, invólucros.
 - II. Resíduos especiais: restos oriundos das salas cirúrgicas das áreas de incineração e isolamento.
- d) Lixo industrial: é o resíduo resultante de atividades industriais, estando, neste grupo, os lixos resultantes das construções. De uma maneira geral, essa classe de resíduos é responsável pela contaminação do solo, do ar, dos recursos

hídricos, devido à forma de coleta e a disposição final que, na maioria dos casos, fica sob a responsabilidade do próprio gerador.

- e) Lixo especial: são os resíduos em regime de produção transiente, como veículos abandonados, podas de jardins e praças, mobiliário, animais mortos, descargas clandestinas, entre outros.
- f) Outros: são aqueles originados de sistemas de varredura e limpeza de galerias e bocas de lobo.

2.3.2 Coleta seletiva

Coleta seletiva pode ser definida como a separação prévia de materiais passíveis de reaproveitamento ou como coleta de material reciclável, antecipadamente separado. A coleta seletiva teve um vultoso desenvolvimento em vários países, sendo iniciada nos Estados Unidos, no começo do século passado.

Os Estados Unidos, a Europa e, sobretudo, o Japão estiveram na vanguarda das iniciativas no campo de reciclagem, numa ação conjunta entre governos, empresas, instituições da sociedade cível e a população como um todo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, todos os países reciclavam, sobretudo metais para a indústria bélica. Contudo, na Europa, a coleta seletiva, propriamente dita, iniciou-se na Itália, em 1941, em consequência dos problemas acentuados pela guerra. (SANTOS, 1995).

Como ocorreu em grande número de países, também no Brasil, a coleta seletiva ganhou considerável desenvolvimento, em função da crescente consciência da necessidade de reciclagem. No Brasil, a coleta seletiva foi iniciada na cidade de Niterói, no bairro de São Francisco, em abril de 1985, como primeiro projeto sistemático e documentado. A partir daí, um número cada vez maior de municípios passou a praticá-la, tendo sido identificados 82 programas de coleta seletiva em 1994, iniciados, de um modo geral a partir de 1990. Hoje, 443 municípios operam programas de coleta seletiva, conforme dados levantados pelo CEMPRE (1995).

Os países que mais buscam soluções sustentáveis, onde a reciclagem é fator importante para a redução do volume de resíduos sólidos urbanos, são Alemanha, Japão, Holanda, Canadá e EUA. Ao longo da última década, os governos europeus incrementaram várias normas para reduzir o impacto ambiental causado pelas embalagens, por meio de legislação que enfoca, principalmente, três áreas:

Regras para depósito em vários tipos de “containeres”, principalmente fabricas de bebidas;
Proibição de embalagens com materiais que causem danos ao meio ambiente, principalmente PVC;
Impressão de selos na embalagem indicando que o material é reciclável.
(EIGENHEER, 1998)

2.3.3 Reciclagem

A reciclagem é o resultado de uma série de atividades, pela quais, materiais que se tornaram lixo são desviados, coletados, separados e processados para serem usados como

matéria-prima na manufatura de novos produtos. A reciclagem pode trazer vários benefícios, entre eles:

- Redução da quantidade de lixo a ser aterrado;
- Prevenção dos recursos naturais;
- Economia de energia;
- Diminuição de impactos ambientais;
- Novos negócios;
- Geração de empregos diretos e indiretos

A coleta seletiva do lixo é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis, tais como, papéis, plásticos, vidros, metais e ‘orgânicos’, previamente separados na fonte geradora. Estes materiais são vendidos às indústrias recicladoras ou aos sucateiros (COMPROMISSO..., 1999).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois registra e analisa os fatos sem manipulá-los. Conforme Gil, o seu objetivo é a:

Descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados tais como o questionário e observação sistemática (GIL, 2002, p. 42).

Quanto ao objeto, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, já que se fundamenta em materiais de referência, ou seja, em livros, artigos, dissertações, teses e outros materiais impressos ou on-line; e como levantamento, pois envolveu a interrogação direta de pessoas ou a observação do comportamento do público que se buscou conhecer.

Em relação ao procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa de campo, uma vez que os dados foram obtidos diretamente no local de ocorrência dos fatos. Segundo Oliveira (2003, p. 65), esta é uma “forma de coleta que permite a obtenção de dados sobre um fenômeno de interesse, da maneira como este ocorre na realidade estudada.”

O público alvo selecionado para a amostra da pesquisa foi determinado segundo dados da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU) e totalizou 31 (trinta e uma) associações de coletores de resíduos recicláveis na cidade.

Para esta pesquisa, utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, um questionário, que, segundo Amaro, Pova e Macedo (2005), é um instrumento de investigação que visa a recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo.

O questionário foi elaborado com base nos regulamentos dos órgãos oficiais e de outras entidades que contribuem com recursos financeiros para organizações não governamentais, e nas regras de contabilidade para o setor. Foi desenvolvido um questionário semi-estruturado, de modo a proporcionar ao entrevistador a possibilidade de fazer perguntas adicionais com o objetivo de esclarecer questões e melhor compreender o contexto do fato pesquisado.

As informações de caráter técnico e sobre o processo desenvolvido por cada entidade foram obtidas junto aos representantes de cada associação. Do rol de entidades

levantadas como público alvo selecionado, não se conseguiu contato com apenas 4 associações, por não existirem mais. Todas as outras entidades colaboraram prontamente e não hesitaram em responder as questões propostas, o que propiciou o sucesso da pesquisa.

Nem sempre foi fácil localizar as entidades foco do estudo, assim, houve a necessidade de se buscar, em mapas da cidade de Londrina, em informações de auxílio à lista telefônica e em sites, a localização das diversas organizações. Constatou-se, desse modo, que é necessário que o órgão público responsável pelo setor mantenha um cadastro atualizado dessas associações.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Das trinta e uma entidades que participaram desta pesquisa, todas são constituídas na forma de associação. Em relação ao local em que estão instaladas, 45,2% estão em sedes alugadas, 25,8% têm sede própria, 22,6% possuem sedes cedidas e 6,5% representam outras situações. Quanto ao tempo de constituição, 48,4% das associações, isto é, a maior parte, já existe há mais de três a cinco anos; 35,5%, entre seis e oito anos; e 16,1% há mais de nove anos.

Com relação à quantidade de resíduos coletados diariamente, 48,4% recolhe entre 301 a 500 kg/dia e 45,2% coleta entre 501 a 999 kg/dia. A partir destes dados, chega-se a uma quantidade aproximada de coleta seletiva, na cidade de Londrina, de 10 toneladas/dia.

Quando se perguntou sobre o número de funcionários, as entidades afirmaram que não têm empregados, mas associados, e o resultado apresentou-se da seguinte forma: 87,1% das entidades têm entre 0 a 10 associados; e 12,9%, entre 11 e 20. Entretanto, quando se perguntou sobre a situação do registro dos funcionários, 3,2% das associações afirmaram que os membros estão todos devidamente registrados, enquanto 93,5% das entidades reafirmaram ter apenas associados. Em relação à remuneração dos mesmos, 51,6% recebem de acordo com o volume coletado ou comercializado, contra 48,4% que recebem apenas remuneração fixa.

A segunda parte do questionário analisa a gestão dos recursos das entidades; a primeira questão é sobre a origem das receitas, e todas apontaram, como fonte de recurso para a sua manutenção, a comercialização dos resíduos reciclados. Quando perguntado se a quantia arrecada é suficiente para a manutenção da entidade, 54,8% afirmou que o valor é suficiente, embora não na sua totalidade, e 45,2% respondeu que sim, totalmente. Em relação à questão de verbas de repasse, apenas 3,2% delas recebem algum tipo de ajuda de custo de órgãos públicos, neste caso, do município. As entidades que recebem verba aplicam o recurso na manutenção de atividades normais, como o aluguel.

A terceira parte trata da informação contábil. Ao se perguntar sobre a assessoria contábil, 51,6% das associações afirmaram receber atendimento razoável; 22,6% responderam que não recebem nenhum tipo de assessoria contábil; 16,1% relataram que estão satisfeitos com a contabilidade; e 9,7% disseram estar insatisfeitos com a contabilidade. Indagou-se se a entidade tem cumprido com as obrigações das Normas Brasileiras de Contabilidade: 38,7% das associações disseram não apresentar demonstrações contábeis ou financeiras; 32,3% afirmaram que cumprem regularmente; e 29%, com atraso.

As ONGs, em sua maioria, ou seja, 67,7%, entendem que a prestação de contas vem promover a transparência das contas; já 16,1% acreditam que esta serve apenas para cumprir as obrigações contábeis; 12,9% afirmam que não passa de uma obrigação legal; e o restante 3,2%, de obrigação fiscal. Entre as entidades, 29% garantem que as informações contábeis geradas são suficientes para a correta prestação de contas; 25,8% não conseguem utilizar as informações contábeis por serem insuficientes; 22,6% dizem que as utilizam com atraso; e 22,6% não sabem como utilizar os dados que produzem para prestar contas.

Ao se discutir sobre a importância de se manter, de forma organizada, toda a documentação contábil e de prestação de contas, 35,5% das associações afirmaram que mantêm tudo em ordem; 25,8%, que organizam somente a documentação de prestação de contas; 25,8% relataram que não têm este tipo de documentação; e 12,9%, que guardam somente a documentação contábil.

As entidades, em sua maioria, ou seja, 71%, assinalaram que não recebem verbas por que há falta de informação contábil, enquanto 29% disseram não ser este o motivo.

As ferramentas gerenciais são métodos que auxiliam a gerência na identificação de problemas, no planejamento e no desenvolvimento de algum processo ou produto; 80,6% das ONGs não conseguem desenvolver nenhum tipo de ferramenta e 19,4% dizem acreditar que estas não são necessárias.

O orçamento é o plano financeiro estratégico de uma administração para determinado exercício; este pode ser aplicado tanto no setor governamental como no privado e em entidades sem fins lucrativos, no entanto, 64,5% das associações desconhecem esse termo; 32,3% não têm conseguido desenvolver o mesmo; e 3,2% cumprem como estabelece a lei.

Os indicadores contábeis servem para revelar as relações de gastos e investimentos das associações, mas 77,4% não o utilizam por falta de conhecimento; 12,9% admitem não possuir controles administrativos para tal; e 9,7% realizam avaliação de desempenho de acordo com o levantamento das informações contábeis.

As informações contábeis são de suma importância para a diretoria, para o conselho fiscal e para a associação, pois ajudam na tomada de decisões. É bastante preocupante, porém, a situação das associações, pois 41,9% não conseguem informações para apresentar relatórios; 29% realizam, porém, com atraso; 25,8% apresentam, regularmente, os relatórios para a tomada de decisão; e 3,2% entendem que não têm obrigação de apresentar relatórios.

Na visão das ONGs, as informações contábeis são úteis para o planejamento das ações e para o gerenciamento da entidade; 84% dizem que são necessárias para se demonstrar de que forma estão sendo empregados os recursos, o que dá maior transparência para a gestão; e 16% também concordam, mas dizem não haver condição financeira para se manter uma pessoa responsável pela informação.

Existem sistemas de informação dos mais variados tipos, que podem ser vinculados aos processos decisórios e à prestação de contas das organizações, porém, 87,1% delas não possuem recursos para a aquisição de um sistema; e 12,9% afirmam não ter profissional, na entidade, que entenda de sistema.

Em relação aos recursos, em 58,1% das entidades, estes são controlados em livro-caixa, com indicação detalhada da origem; em 29%, não há um controle efetivo dos recursos pela associação; em 9,7%, são controlados em livro-caixa, por categoria; e em

3,2%, são controlados por outros meios. Já em relação às despesas, 45,2% controla em livro caixa, mas sem indicação detalhada; 41,9% não tem controle das despesas; 9,7% controla em livro caixa por categorias; e 3,2% por outros meios.

Por último, por meio de uma questão aberta, perguntou-se quais as principais necessidades que, se supridas, iriam melhorar o funcionamento e a gestão da entidade. As respostas estão evidenciadas na tabela 1.

Tabela 1: Principais necessidades para a melhoria do funcionamento e da gestão das entidades

Necessidades	Quantidade apontamentos
Reforma do barracão	9
Sede própria	8
Receber algum tipo de repasse ou aumento do valor deste	5
Maior atenção dos órgãos públicos	9

Fonte: O autor

Constatou-se que, entre os principais anseios das associações respondentes, estão: a melhoria das condições físicas (reforma do barracão), com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva, e uma maior atenção do poder público, ou seja, o repasse de verba como forma de subsidiar gastos e melhorar a produtividade. Em segundo lugar, foi colocada a necessidade de uma sede própria, o que daria estabilidade e eliminaria custos, principalmente as despesas com aluguel, e possibilitaria a compra de um carro próprio, com os recursos economizados, além de melhorias nas condições de armazenamento e de trabalho.

É indiscutível a importância da coleta seletiva de resíduos, na atualidade, assim como, a relevância das associações que realizam essa atividade, entretanto, pelo estudo aqui efetivado, pôde-se observar que essas entidades não recebem o apoio que merecem e deveriam.

Durante a pesquisa, ocorreu um fato interessante, pois os catadores fundaram uma cooperativa para serem melhores remunerados. De acordo com reportagem da Folha Norte de Londrina (2009, p.2), 170 integrantes, de 17 das 35 ONGs que atuam em Londrina, fazem parte dessa cooperativa. A Lei Federal 11445/07 permite ao Poder Público contratar, na modalidade de dispensa de licitação, cooperativas e associações de catadores para realizarem o trabalho.

Na visita às associações, percebeu-se divergências em relação à criação da cooperativa, da qual faz parte uma parcela expressiva dos catadores de lixo de Londrina, cerca de 180 de 18 diferentes ONGs. As associações que ficaram de fora da cooperativa fazem parte do Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem de Londrina (CEPEVE). Nas conversas com os respondentes das associações que fazem parte da CEPEVE, os mesmos relataram que o Município de Londrina não tem interesse em continuar as parcerias com as associações, conforme a lei estabelece.

As ONGs que não aderiram à cooperativa têm medo de que a remuneração de seus associados caia e que, assim, não consigam receitas para as obrigações fiscais.

5 CONCLUSÃO

O Terceiro Setor, lentamente, adquire importante papel nos mais diversos setores da economia brasileira: segurança, saúde, educação, reintegração social de indivíduos, filantropia e desenvolvimento sustentável. A inquietação com a sustentabilidade tem propiciado a constituição de inúmeras organizações que atendem às mais diversas questões relacionadas à manutenção da vida do planeta para as próximas gerações.

E neste sentido que este estudo buscou investigar as associações de coleta seletiva de lixo, da cidade de Londrina, que se enquadram como entidades do Terceiro Setor, com o objetivo de levantar se as mesmas utilizam ou não as informações contábeis para a prestação de contas e para a efetivação de outros procedimentos contábeis.

Essas organizações, que têm se proliferado, entretanto, na maioria das vezes, necessitam de apoio técnico e financeiro para que possam permanecer ativas e atuantes. Conforme levantado por esse estudo, um dos suportes necessários é a orientação contábil, pois a gestão financeira eficiente gera saúde, transparência e credibilidade para a organização. Pelo estudo, observou-se que, aproximadamente, um terço das associações não realizam nenhum tipo de controle contábil, o que acarreta o não recebimento de verbas e compromete a manutenção da atividade.

A falta de assistência contábil e jurídica acarreta riscos que poderiam ser evitados. Percebe-se que a maioria das associações não possui contabilidade satisfatória e nem mesmo uma boa gestão.

O Terceiro Setor é um campo ainda a ser explorado pelos profissionais da contabilidade. A demanda por mão-de-obra especializada, neste setor, cresce ano a ano.

Enquanto isso, Londrina persiste como destaque no índice de coleta seletiva em valores brutos, à frente, até, da maior cidade do país. Assim, é de fundamental importância que o poder público municipal implante medidas de apoio a essas associações, de modo que as mesmas possam não só ampliar a abrangência dos seus serviços, mas, principalmente, melhorar a qualidade destes. Por outro lado, o apoio técnico-contábil é imprescindível para que estas entidades recebam verbas e, assim, possam permanecer atuando na área da coleta, seleção e reciclagem do lixo. Só assim será possível se pensar em desenvolvimento sustentável, conforme o estabelecido no Art. 225, § 1º, V, da Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

AMARO, Ana. PÓVOA Andréia. MACEDO, Lúcia. **A arte de fazer questionários**. 2005. Dissertação (Mestrado em Química para o Ensino) - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2009.

BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. **Conceitos básicos de resíduos sólidos**. São Carlos: EESS/USP, 1999, 109 p.

BRASIL. ; PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPERES, Livia. Código civil (1916). **Código civil**. 53. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (Legislação brasileira)

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

COMPROMISSO Empresarial para Reciclagem (CEMPRE). **Pesquisa Ciclossoft 2008**. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

EIGENHEER, Emilio M (Org.). Coleta seletiva do lixo. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE COLETA SELETIVA DE LIXO, 2., 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1998. 207p.

FADINI, Pedro Sergio ; FADINI, A. A. B. Lixo: desafios e compromissos. **Caderno Temáticos de Química Nova na Escola**, São Paulo, n. 1. maio, p. 9-18, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IMETON, Luciana da Silva. **A contribuição da contabilidade ao processo de gestão de uma organização do terceiro setor: O caso da IDES**. 2008. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005**. Gerência de Cadastro Central de Empresas: Estudo e Pesquisa. Informação Econômica. N. 8. ed. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 2000.

REZENDE, Tomáz de Aquino ; FREIRE, Olavo Antonio de Moraes. **Novo manual de fundações**. Belo Horizonte: Inédita, 1997. 286 p.

SANTOS, João Miguel R. dos. **Coleta seletiva de lixo: uma alternativa ecológica no manejo integrado dos resíduos sólidos urbanos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo: USP, 1995.

SAWAI, Sandra H. et al. **Terceiro Setor e Práticas de Gestão**. 2003. 80 f. Monografia (Especialização em Controladoria e Finanças) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Londrina.